

O planejamento regional e a luta dos povos tradicionais pela terra na fronteira franco-brasileira

Eduardo Margarit¹

Resumo

A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa se dá através do município de Oiapoque, no estado do Amapá, onde as grandes obras de infraestrutura estão promovendo o desenvolvimento do grande capital e reorganização do espaço, impactando o modo de vida dos povos tradicionais. Este artigo tem o objetivo de compreender como o planejamento regional está construindo uma relação conflituosa entre os povos tradicionais de Oiapoque, pressupondo ser este um espaço heterogêneo, que compreende diversos povos, modos de vida e, conseqüentemente, formas de uso e ocupação do solo, compreendendo relações transfronteiriças, que configuram um território com diferentes formas de normatização da terra. Para tanto, são apresentados resultados de pesquisas realizadas entre 2014 e 2016, que envolveram trabalhos de campo, entrevistas, levantamento de dados secundários e bibliográficos.

Palavras-chave: Amapá; Infraestrutura; Circuitos Produtivos; Ordenamento Territorial.

The regional planning and the struggle of traditional peoples for land on the Franco-Brazilian border

Abstract

The border between Brazil and French Guiana occurs through the municipality of Oiapoque, in the state of Amapá, where major infrastructure works are promoting the development of the huge capital and space reorganization, impacting the traditional peoples way of life. This article aims to understand how regional planning is building a conflictive relationship between the traditional peoples of Oiapoque, assuming that this is a heterogeneous space, comprising diverse peoples, ways of life and, consequently, forms of land use and occupation, comprising cross-border relationships, which constitute a territory with different forms of land normalization. For that, the results of researches conducted between 2014 and 2016 are presented, which involved fieldwork, interviews, survey of secondary data and bibliographies.

Key-words: Amapá; Infrastructure; Productive Circuits; Territorial Ordering.

Submetido em 21.11.2017, aprovado em 15.12.2018

1- Introdução

A fronteira entre a Guiana Francesa, território ultramarino francês, e o Brasil tem uma extensão de 730 quilômetros, cujas relações transfronteiriças se dão essencialmente

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG; Professor em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

através do município de Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá, na Amazônia brasileira.

O município de Oiapoque, consagrado no imaginário popular através da expressão “do Oiapoque ao Chui”, o que destaca sua posição geográfica, é de fato pouco conhecido pela população brasileira e até mesmo pelos moradores de outros municípios do Amapá. O acesso a Oiapoque é feito unicamente pela BR-156, percorrendo cerca de 580 quilômetros da capital Macapá até a sede do município. Entre Oiapoque e a cidade mais próxima são 220 quilômetros.

A rodovia BR-156 ainda não foi completamente pavimentada, o que impede o pleno tráfego de veículos e a torna intrafegável nos meses chuvosos. Desta forma, o município de Oiapoque se encontra em situação de relativo isolamento, o que impediu até então o desenvolvimento de atividades capitalistas no campo, mantendo a posse da terra sob a predominância dos povos tradicionais.

Entre os povos que habitam estas terras destacam-se em maior número indígenas, mas também há ribeirinhos e camponeses. Estes últimos, em grande parte imigrantes, que se estabeleceram, principalmente, nos últimos trinta anos, nas terras devolutas do município e buscam a regularização e o reconhecimento de seus territórios.

O município de Oiapoque, diante do isolamento provocado pela mencionada precariedade da rodovia BR-156, mantinha uma relativa tranquilidade no processo de ocupação e uso da terra, apropriada predominantemente por povos tradicionais e pela agricultura familiar. Entretanto, com a realização das grandes obras de infraestrutura no Amapá a fim de integrar o estado aos circuitos produtivos nacionais/globais, o município de Oiapoque está assistindo à intensificação da ocupação e valorização de suas terras em um contexto de extrema fragilidade em seus mecanismos de controle e fiscalização, o que gera um risco iminente aos povos tradicionais e recursos naturais ainda disponíveis.

Estas obras, idealizadas como impulsores do desenvolvimento econômico e da melhoria da qualidade de vida da população, causam como consequências, entretanto, inúmeras transformações na organização do espaço que provocam situações conflituosas.

As três novas hidrelétricas construídas no Amapá, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), operam interligadas com o sistema elétrico nacional e permitem o fornecimento de energia barata e constante às atividades produtivas no Amapá. No entanto provocaram grandes impactos socioespaciais em seu entorno. O asfaltamento da BR-156, também realizado no âmbito do PAC, possibilitou a incorporação das terras ao agronegócio. Por fim, a Ponte Binacional, ligando o Amapá à Guiana Francesa, é alvo de grande expectativa para integração do Platô das Guianas.

A questão central que norteia o debate neste artigo é: como se dão as relações de posse e uso da terra no município de Oiapoque diante do planejamento regional estratégico

executado pelo Estado, que está reordenando o espaço de acordo com uma lógica nacional/global de desenvolvimento? Portanto, é o objetivo deste artigo compreender como o planejamento regional está construindo uma relação conflituosa entre os povos tradicionais de Oiapoque, que é um espaço heterogêneo e compreende diversos povos, modos de vida e, conseqüentemente, formas de uso e ocupação do solo dentro do contexto de relações transfronteiriças que configuram um território com diferentes formas de normatização da terra. Para tanto, são apresentados resultados de pesquisas realizadas entre 2014 e 2016, que envolveram trabalhos de campo, entrevistas, levantamento de dados secundários e bibliográficos.

Para compreender este reordenamento do espaço, o texto se inicia com a descrição de um panorama da dinâmica da fronteira franco-brasileira. Em seguida, serão delimitados conflitos e dificuldades de permanência da população no campo, assim como a luta dos povos tradicionais pelo reconhecimento de seus territórios. São apresentadas também as transformações recentes na dinâmica socioespacial do estado do Amapá através das grandes obras de infraestrutura, e o perigo que representam à permanência e manutenção dos modos de vida dos povos tradicionais. Por fim, como estratégia para consubstanciar esta discussão, o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia será debatido a fim de desconstruir o discurso desenvolvimentista que dá suporte às atuais políticas públicas ao revelar o que aqui se pretende chamar de uma “ditadura do capital”.

2. A dinâmica da fronteira franco-brasileira

As terras que atualmente fazem parte do Estado do Amapá foram ocupadas por ingleses, holandeses e franceses no século XVII. A fixação portuguesa nestas terras no final do século XVII e a assinatura de um tratado com a França em 1713 garantiu a dominação da foz do Rio Amazonas aos portugueses, mas não impediu que a fronteira franco-brasileira fosse alvo de contestação, solucionada definitivamente apenas no ano de 1900 (GRANGER, 2011).

A importância geopolítica desta porção territorial do Brasil levou à criação em 1943 do Território Federal do Amapá, que em 1988 foi transformado em estado. Já o município de Oiapoque foi criado em 1945, justamente no contexto de necessidade de fortalecimento da presença do Estado na fronteira, agravada pela ocorrência da segunda guerra mundial. Entretanto, sem conexão rodoviária efetiva com o restante do estado do Amapá e com uma economia de base local pouco significativa, a população no município de Oiapoque não passou de pouco mais de cinco mil habitantes até a década de 1970.

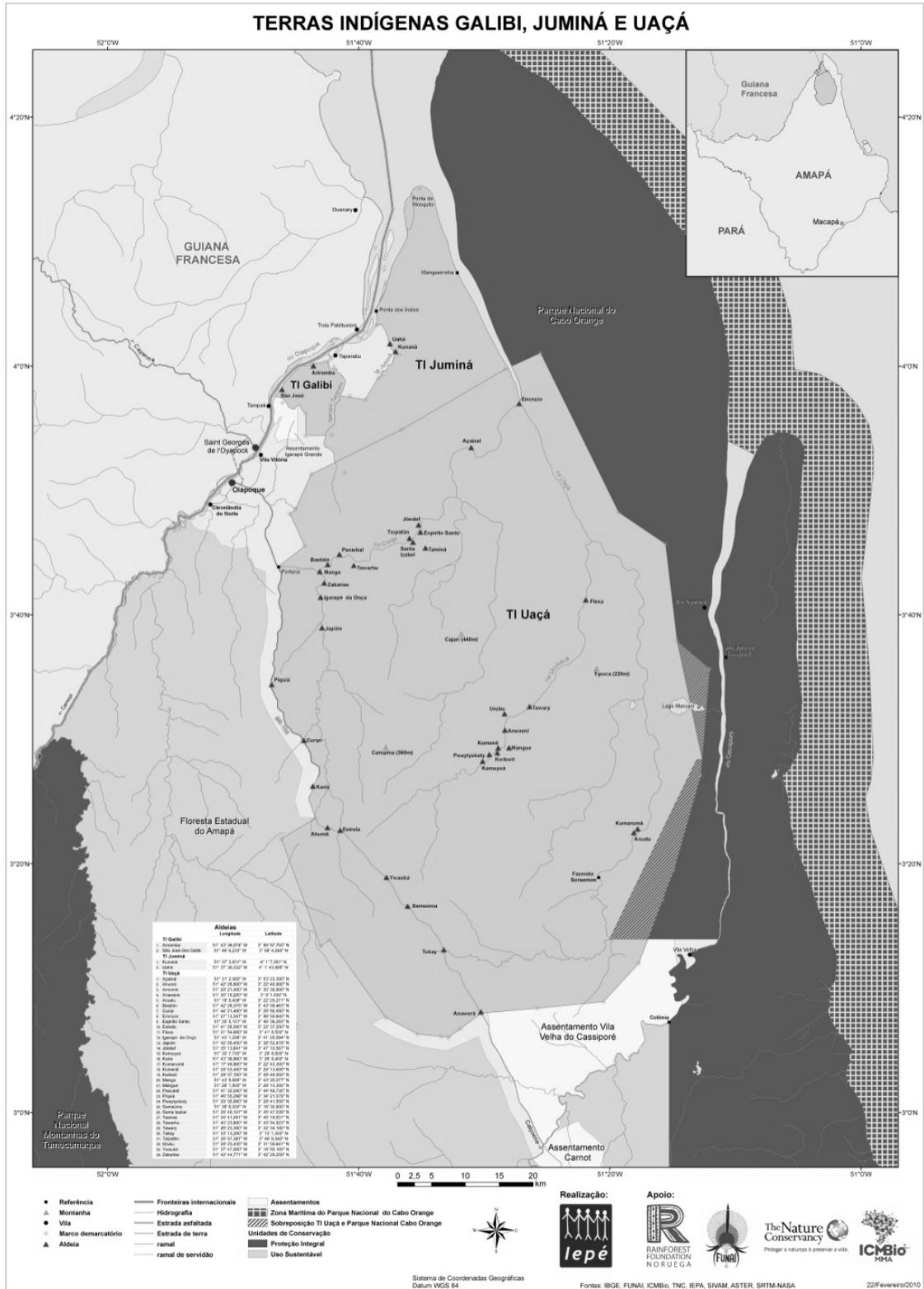
Diante da antiga contenda com os franceses, como estratégia para reforçar a presença do Estado e garantir a posse de um território de baixíssima densidade demográfica, houve a criação de um mosaico de terras indígenas e unidades de

conservação no Amapá e norte do Pará. O município de Oiapoque possui 22.625,286 km² de área territorial (IBGE, 2017). Dentro de seus limites estão parte do Parque Nacional do Cabo Orange, parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã e a Floresta Estadual do Amapá. Somadas as unidades de conservação e terras indígenas representam 96,65% da área total do município (RÜCKERT, SUPERTI, PORTO, CAMPOS, 2015. p.31). Há ainda em Oiapoque o Projeto de Assentamento Igarapé Grande, o Projeto de Assentamento Vila Velha do Cassiporé e a área militar do 34º Batalhão de Infantaria de Selva.

Portanto, excetuando-se estas áreas já regulamentadas, restam as terras devolutas do Estado, em grande parte ocupadas por povos tradicionais, que buscam o reconhecimento de seus territórios e a regularização de suas terras. As terras devolutas foram ocupadas em sua maioria após a década de 1970, com a ascensão da economia do garimpo, que fomentou a migração proveniente de outros municípios do estado do Amapá e, principalmente, dos estados do Maranhão e Pará. Neste contexto muitos dos migrantes que vieram em busca do ouro acabaram por optar pela agricultura, após o insucesso no garimpo, já outros migraram diretamente em busca de terras, devido aos conflitos e dificuldade de permanência nas terras de seus estados de origem.

No Mapa 1 na página seguinte é apresentada grande parte da área territorial do município de Oiapoque e suas áreas protegidas, com ênfase nas terras indígenas, onde é possível identificar as poucas terras que não estão submetidas a algum tipo de normatização, sendo classificadas como terras devolutas, e ainda sob domínio da União, mas que são intensamente ocupadas.

Com a criação de terras indígenas e unidades de conservação e a ocupação das terras devolutas do Estado por imigrantes, o espaço agrário de Oiapoque se tornou um espaço heterogêneo, de múltiplas temporalidades, usos e normatizações, mas ainda sob a posse predominante de povos tradicionais. Tal diversidade é apontada como salutar ao desenvolvimento da sociedade, mas, frequentemente, os discursos que envolvem o desenvolvimento econômico do município apontam como empecilho a proteção da maior parte das terras.



Mapa 1: Áreas protegidas com ênfase nas terras indígenas em Oiapoque
 Fonte: lepé, 2010.

Legenda:

● Referência	— Fronteiras internacionais	□ Assentamentos
▲ Montanha	— Hidrografia	▣ Zona Marítima do Parque Nacional do Cabo Orange
● Vila	— Estrada asfaltada	▨ Sobreposição TI Uaçá e Parque Nacional Cabo Orange
○ Marco demarcatório	— Estrada de terra	□ Unidades de Conservação
▲ Aldeia	— ramal	■ Proteção Integral
	— ramal de servidão	□ Uso Sustentável

Atualmente, com o declínio da atividade garimpeira, despontam como opções ao desenvolvimento econômico do município de Oiapoque a atividade turística e pesqueira. Quanto à agricultura, ainda há forte resistência à priorização de políticas públicas neste setor, principalmente pela ausência de regularização da posse das terras. Desta forma, os projetos acabam por beneficiar em grande parte apenas as terras já regulamentadas, principalmente os povos indígenas e em menor proporção os assentamentos, excluindo aqueles que estão em terras devolutas do Estado.

3. A luta dos povos tradicionais pela terra

A posse precária das terras devolutas do município por imigrantes, somada à falta de infraestrutura viária, dificultou o desenvolvimento do capitalismo no campo em Oiapoque, mantendo nele uma população composta essencialmente de povos tradicionais, de base extrativista, pouco expressiva economicamente para o município, mas de grande valor para a manutenção do ecossistema local e fornecimento de alimentos. Desta forma, a luta pela terra no município de Oiapoque não foi marcada, como em outros estados do Brasil, pela reivindicação de reforma agrária ou ocorrência frequente de conflitos no campo. Como mencionado antes, o isolamento do município impediu o desenvolvimento do agronegócio no campo e permitiu relativa tranquilidade na posse e uso da terra até então.

Apesar de não haver conflitos significativos, a luta pelo reconhecimento dos territórios de povos tradicionais em Oiapoque é tão antiga quanto o próprio município. Mas foi a partir da década de 1980 que se intensificaram as lutas pela terra devido ao crescimento populacional ocasionado pela atividade do garimpo.

Um dos conflitos mais antigos refere-se à coexistência de civis em área militar do 34º Batalhão de Infantaria de Selva, no distrito de Clevelândia do Norte. Os civis que lá vivem relatam que a comunidade surgiu no início do século XX a partir de uma colônia agrícola, como de fato aponta Romani (2011), sendo tão antigo quanto o primeiro núcleo que deu origem a própria cidade de Oiapoque. Entretanto, os militares alegam ser aquela área militar antes da moradia de civis, mas em nenhum momento houve uma política de remoção e indenização dos civis que lá residem, resultando em uma coexistência conflituosa. Os conflitos ocorrem principalmente por causa do atendimento a normas que uma área militar

exige, e que acabam por submeter os civis que ali vivem a regras impostas pelos militares. Com isso, atividades agrícolas e comerciais são limitadas, construções e reformas de residências são dificultadas, bem como a venda das casas proibidas, ocasionando o abandono da comunidade por muitos moradores.

Os primeiros povos a terem seus territórios reconhecidos no município foram os indígenas. As terras indígenas Galibi, Uaçá e Juminã foram homologadas respectivamente em 1982, 1991 e 1992, assegurando-lhes seus territórios. Atualmente, a luta pela permanência na terra e manutenção do modo de vida dos povos indígenas de Oiapoque está centralizada na atuação de um conselho de caciques, que discute problemas e toma decisões em assembleias anuais.

Em 1980 houve a criação do Parque Nacional do Cabo Orange e em 2002 do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o que limitou a ocupação humana e atividades econômicas e gerou conflito com povos que já se encontravam nestas terras. Na área do Parque Nacional do Cabo Orange existia a comunidade do Taperebá, cujas famílias aos poucos foram abandonando a área devido às limitações impostas pela unidade de conservação. Ocorre ainda a sobreposição de parte do Parque Nacional do Cabo Orange e a Terra Indígena Uaçá, conforme ilustrado no Mapa 1. Já no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque a comunidade de Vila Brasil, existente anteriormente a criação da unidade de conservação, continua resistindo e tem lutado pelo reconhecimento de seu território, mas sofre com constante limitação de atividades impostas por fiscalização do Estado.

Em 2006 foi criada, também, a Floresta Estadual do Amapá, que também provocou conflitos com povos que já viviam na área. Diversas famílias que ocupam terras ao longo do rio Pantanarri, dentro da área da floresta estadual, vivenciaram a insegurança jurídica de sua ocupação, solucionada apenas em 2017 com o reconhecimento das posses através de carta de anuência do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF). Entretanto, há limitações de posse e uso da terra por pertencerem a uma unidade de conservação. Tal fato ocasionou a judicialização da causa por algumas famílias, que desejam a desafetação da área que ocupam.

A criação de áreas protegidas no município de Oiapoque, concomitante com a intensificação da ocupação das terras devolutas por imigrantes, deu início a um processo de luta pela regularização das terras. Serradourada (2014) aponta que a própria criação de assentamentos em Oiapoque não revela necessariamente uma política de reforma agrária, e sim uma estratégia de regulamentação de posses já existentes, pois foram criados a partir da demanda de famílias que já tinham as terras sob sua posse. Portanto, a partir de posses de terras já existentes e na tentativa de sua regulamentação, além de ter acesso a recursos públicos, foram criados os assentamentos Igarapé Grande e Vila Velha do Cassiporé o que revela uma peculiaridade na reforma agrária realizada no município de Oiapoque. Outras

áreas ainda aguardam a regularização fundiária, que atualmente é executada pelo Governo do Estado do Amapá através do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap), que possui escritório no município de Oiapoque. Entretanto, este órgão tem se revelado extremamente frágil em seus mecanismos de regulação e fiscalização, devido à escassez de recursos humanos e materiais para tal, resultando em lentidão na regularização das terras e, conseqüentemente, na propagação de conflitos.

Em geral, os órgãos de regulação e fiscalização com escritório no município de Oiapoque se encontram em situação de fragilidade, revelando-se insuficientes em seus propósitos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap). São instituições que sofrem o sucateamento de suas estruturas por causa da escassez de recursos, de sucessivos cortes orçamentários e da reestruturações para enxugar custos. Portanto, há grande insegurança no processo de regularização das terras devolutas e controle das terras já regulamentadas, fiscalização ambiental e assessoria aos povos que vivem no município.

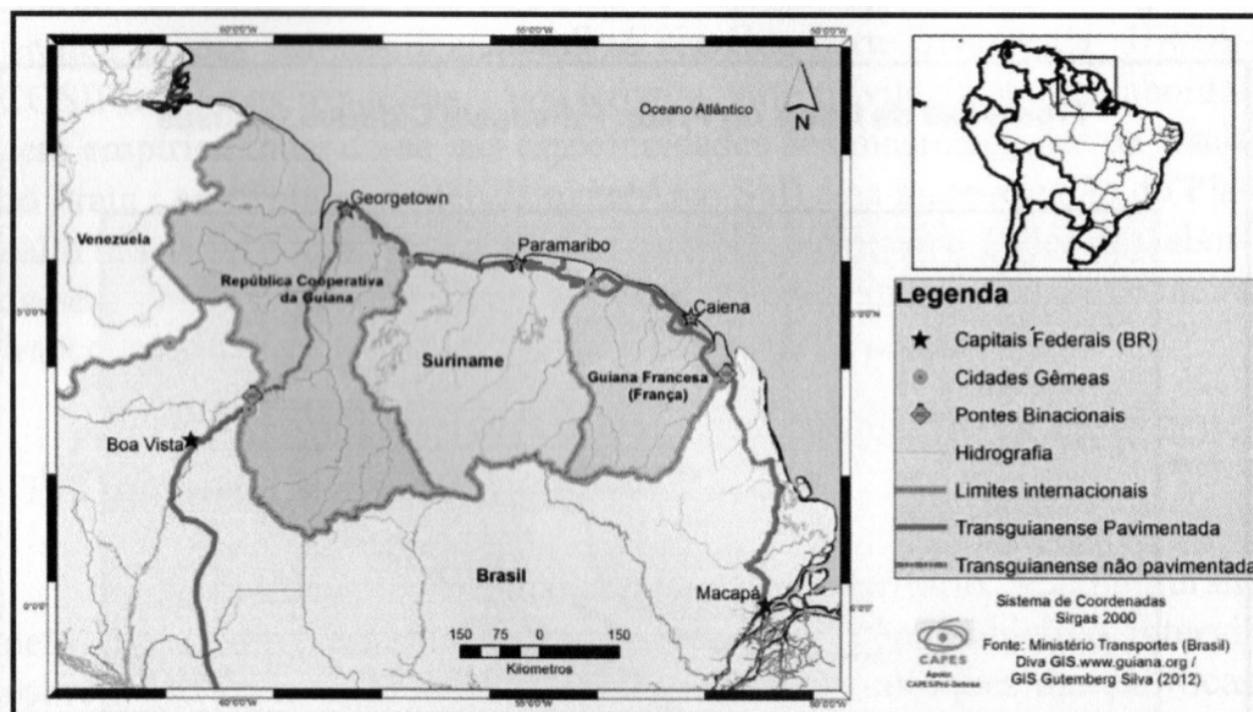
Neste contexto de fragilidade das instituições, os povos tradicionais de Oiapoque têm buscado se fortalecer através da criação de associações, que dão maior legitimidade e força às suas demandas. O principal instrumento de conexão entre as associações e o poder público tem sido o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Extremo Norte do Amapá, que reúne representantes de ambos os segmentos e delibera sobre políticas e recursos públicos destinados a zona rural do município.

4. Novos desafios à permanência na terra

O desafio central para os povos tradicionais que vivem no município de Oiapoque é a melhoria da qualidade de vida através da manutenção de seus modos de vida e incremento da renda proveniente da produção. Para os povos que ainda não possuem seus territórios regulamentados a prioridade é o reconhecimento do Estado através de seus mecanismos legais, seja pela emissão de título, criação de assentamentos, reservas extrativistas, ou qualquer instrumento que assegure a posse e permanência na terra, de acordo com as particularidades de cada grupo. Para os povos que já conseguiram o reconhecimento de seus territórios, o desafio é a perpetuação de seus modos de vida frente às constantes ameaças externas, como invasão de terras, poluição dos recursos hídricos, retirada ilegal de madeira, queimadas, entre outros.

É neste contexto de fragilidade das instituições e a necessidade de manutenção do modo de vida dos povos tradicionais do município de Oiapoque que estão sendo executadas

grandes obras de infraestrutura no estado do Amapá que agravam a situação. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram construídas três novas hidrelétricas no Amapá que provocaram severos impactos ambientais em seu entorno. As hidrelétricas do Amapá operam interligadas com o sistema elétrico nacional, mas, paradoxalmente, não atendem o município de Oiapoque, devido à inexistência de linhas de transmissão para este, que continua sendo abastecido por energia elétrica produzida por termoelétrica movida à diesel. O asfaltamento da BR-156, também realizado no âmbito do PAC, possibilitou a incorporação das terras do Amapá ao agronegócio. Por fim, a Ponte Binacional, ligando o Amapá à Guiana Francesa, é alvo de grande expectativa para integração do Platô das Guianas, conforme pode ser visualizado no Mapa 2.



Mapa 2: Integração do Platô das Guianas
 Fonte: Silva (2012) In: Rückert; Superti; Porto; Campos (2015. p.20).

As grandes obras de infraestrutura no estado do Amapá tem se revelado como elemento de fomento a conflitos pela posse e uso da terra no estado. Silva (2014), a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra, revela a existência de conflitos no campo no Amapá entre 2002 e 2011 concentrados em Macapá (86 casos) e em municípios ao longo da BR-156 como: Ferreira Gomes (62 casos), Tartarugalzinho (45 casos), Porto Grande (35 casos) e Calçoene (26 casos), enquanto no município de Oiapoque foi registrado apenas um caso no mesmo período. Esta diferenciação torna claro como o asfaltamento da BR-156 e a construção de hidrelétricas nestes municípios desencadearam conflitos.

No município de Oiapoque também está prevista a pavimentação da BR-156 e a construção de uma pequena central hidrelétrica. Por analogia ao ocorrido em outros municípios do estado, onde surgiram os mencionados conflitos no campo e o agravamento de conflitos já existentes, as obras de infraestrutura em Oiapoque trazem o risco de ameaçar os povos tradicionais através da valorização e intensificação da ocupação das terras.

A crescente produção de soja em outros municípios do Amapá, após a construção de um porto graneleiro na região metropolitana da capital, também poderá gerar conflitos em Oiapoque. A expectativa não se refere diretamente à produção de soja no município de Oiapoque, que não apresenta ainda condições técnicas para a produção destes grãos, mas sim ao fato de que o acirramento dos conflitos em outros municípios do estado, provocados pelo desenvolvimento do agronegócio, vem promovendo a imigração de famílias em busca terras para o município de Oiapoque.

5. Planejamento regional estratégico

Colocando a discussão em contexto mais amplo, há de se lembrar que a Amazônia vem sendo alvo de grandes obras de infraestrutura a mais de cinquenta anos. O governo de Kubitschek (1956-1961) foi o primeiro a promover o processo de integração da Amazônia com a construção das rodovias Brasília-Belém e Brasília-Acre. Entretanto, foi durante o governo militar (1964-1985) que a Amazônia foi alvo das maiores transformações, com a construção de rodovias, desenvolvimento de projetos de colonização e construção das primeiras hidrelétricas. Estas obras tinham como objetivo integrar a Amazônia à dinâmica produtiva do restante do país, permitindo o desenvolvimento capitalista (BECKER, 2004).

No contexto atual, as grandes obras de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC na Amazônia ocorrem com a mesma pretensão. Trata-se do aproveitamento do potencial hídrico da Amazônia para a produção de energia através de hidrelétricas e do potencial localizacional para a otimização logística através da pavimentação de rodovias e construção de portos.

No estado do Amapá, a construção de usinas hidrelétricas, da Ponte Binacional e a pavimentação de rodovias se tornaram símbolos do “desenvolvimento” e “progresso” para o Estado. São elementos de integração e desenvolvimento econômico, que provocam transformações rápidas e severas no ordenamento territorial do Amapá. A pavimentação da rodovia BR-156 em conjunto com a construção de um terminal graneleiro no estado permitiu a incorporação das terras à produção de grãos, notadamente a soja. As hidrelétricas, interligadas ao sistema elétrico nacional, disponibilizaram energia barata e constante para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tudo isso será potencializado com a abertura da Ponte Binacional Brasil-França, promovendo a integração com o Platô das Guianas. Em

síntese, segundo Superti (2013), trata-se da consolidação do planejamento governamental do “Arco Norte”, como eixo de integração nacional e desenvolvimento, em um espaço geoeconômico aberto.

O aumento da oferta de energia elétrica com a construção de usinas hidrelétricas no Amapá visa suprir o aumento da demanda, não só do próprio estado, mas principalmente da região Centro-Sul do Brasil através da ligação com o sistema nacional por linhas de transmissão. Na última década, a nova logística de produção de energia elétrica no Amapá visa o aproveitamento do ainda existente potencial energético do estado, que já não é mais encontrado na região Centro-Sul, para a crescente demanda de energia desta última, pela expansão do setor produtivo, sob a lógica hegemônica global (MARGARIT, 2013). Contraditoriamente, o Amapá agora produz energia para abastecer a região Centro-Sul, mas não consegue fornecer energia para toda população de seu estado. São inúmeras as comunidades que ainda não são abastecidas por energia elétrica ou possuem sistemas isolados de geração de energia como foi acima mencionado em relação à cidade de Oiapoque. Esta dinâmica contraditória torna clara a política de desenvolvimento a favor do poder hegemônico que acentua as desigualdades e exclui os economicamente pouco dinâmicos territórios.

A estruturação dos portos e pavimentação de rodovias demonstra a mesma razão. Trate-se do aproveitamento do potencial logístico localizacional que o Amapá oferece. A utilização dos portos da região norte para o escoamento, principalmente da produção de grãos da região Centro-Oeste, reduz os custos com frete, aumentando a competitividade dos grãos brasileiros no mercado internacional. Como efeito colateral, as terras do Amapá passam a estar também conectadas a este potencial logístico e, portanto, tornaram-se alvo do agronegócio, principalmente com o plantio de soja.

Portanto, a construção de infraestrutura no Amapá faz parte de uma política de integração competitiva do território brasileiro, que representa o fortalecimento da lógica de acumulação capitalista do setor produtivo nacional. O crescente número de atividades agrícolas e industriais, que aumentam a demanda energética e por alternativas logísticas, é requisito fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira no cenário internacional, já que há o crescimento da demanda pela instalação de novas atividades ligadas à exportação, que necessitam de energia para produzir e logística eficiente para exportar.

Para dar suporte a esta estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado há um complexo aparato político mobilizado para influenciar decisões e convencer a opinião pública da necessidade de continuidade de tais empreendimentos. É neste contexto que os atores hegemônicos engendram estratégias no sentido de permitir a permanência e a ampliação de um modelo de desenvolvimento econômico que também seja hegemônico,

pois é pensado pelas elites, para maximizar seus ganhos ao acentuar, propositalmente ou não, desigualdades e conflitualidades.

Baseado no discurso do Estado de que grandes obras de infraestrutura no Amapá são indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social do país, são tecidas redes políticas que forjam uma ideia equivocada da imperiosa necessidade na execução destas obras, qualificando os empreendimentos e reduzindo as críticas a partir do discurso do bem maior. Para tanto, é difundida a falsa ideia de que os impactos socioambientais decorrentes dos grandes projetos de desenvolvimento no Amapá são infinitamente menores do que seus benefícios, criando uma psicofera positiva em torno destes empreendimentos.

6. A construção de um debate necessário

Para compreender melhor a construção teórico-metodológica do debate aqui pretendido, é preciso enfatizar inicialmente que o atual processo de reorganização do espaço na Amazônia visa integrar essa porção do território nacional ao que Santos e Silveira (2006) classificam como circuitos produtivos, mas, com isso, modifica territorialidades preexistentes. A estratégia de implantação desses empreendimentos envolve prioritariamente a sua rápida conclusão para atender aos anseios do poder hegemônico. Com isso, os eixos estratégicos de logística se tornaram novos elementos de organização do espaço no âmbito do capitalismo. A inserção do capital não ocorre mais nas unidades político-administrativas clássicas (regiões, estados e municípios), que deram lugar a uma nova unidade político-territorial, a uma nova geopolítica, que passa a ter como elemento fundante as obras de infraestrutura e integração (MARGARIT, 2013).

Atualmente, são as rodovias, ferrovias, hidrovias, geração e transmissão de energia, entre outros, os elementos capazes de reorganizar o espaço de acordo com uma lógica territorial nacional/global. Os incentivos fiscais, subsídios, créditos e financiamentos são facilitados pelo Estado, conforme estratégias de ocupação do espaço e organização de circuitos produtivos, em uma clara e evidente associação entre o capital público e privado, entre o Estado e o empresariado.

Neste contexto de associação do público com o privado os atores possuem papéis claros e bem definidos. O Estado é o responsável pelo provimento de infraestrutura e créditos e o setor privado se encarrega da construção, exploração e utilização destes recursos para ampliar a acumulação capitalista e gerar índices favoráveis à sustentação de um cenário otimista da economia brasileira, calcado no crescimento do Produto Interno Bruto, exportações, poder de compra da população, geração de empregos, entre outros.

A nova racionalidade criada pelos atores hegemônicos, a partir da reorganização do espaço na Amazônia, ocorre sob a modernização do meio técnico-científico informacional. Com isso, novas redes são estabelecidas, aumentando os fluxos e tornando mais fluidas as

relações sociais e econômicas, resultando na compressão da relação espaço-tempo. Estas transformações, baseadas em um maior dinamismo e rapidez das coisas, são a base dos discursos desenvolvimentistas do Estado, que sustentam através destes argumentos a necessidade de realizar grandes projetos de infraestrutura, conforme ressalta Santos (1997):

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1997. p.173).

Da mesma forma, todo o progresso técnico é anunciado como benéfico à população como um todo e tomado como símbolo de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida. No entanto, tais discursos, embasados em uma racionalidade hegemônica, não passam de falácia à população em geral, que pouco se beneficiam da maioria das políticas públicas em curso atualmente.

Para continuar viabilizando a expansão do atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado é necessária a criação de um ambiente favorável, onde as ideias de desenvolvimento para o Estado e para o setor produtivo sejam as mesmas para a população, de forma que não haja relações conflitantes. Bourdieu (2011) sinaliza que esta produção de ideias visa à mobilização de um grupo, garantindo a adesão, o controle e a conquista do poder. Faz-se necessário desconstruir este discurso que vem arrebanhando novos adeptos devido, principalmente, à imperiosa força da mídia, cada vez mais utilizada pelos órgãos públicos como forma de propagar um marketing ideológico do modelo nacional/global de desenvolvimento.

A criação do que Santos (1997) chama de uma psicofera positiva sobre estes empreendimentos oculta os verdadeiros interesses envolvidos nestas obras e quais são os maiores beneficiários e prejudicados. Por mais que os novos projetos de construção de infraestrutura tentem minimizar os impactos socioambientais estes ainda continuarão ocorrendo de forma intensa, extensa e irreversível.

O discurso desenvolvimentista praticado pelo Estado serve como uma doutrina política, que deve ser seguida por todos. Foucault (1996) faz uma análise dos discursos e chama a atenção para a pertinência do discurso quanto a sua autoria e a doutrina, destacando-o como um instrumento de pertença, ligando os indivíduos e estabelecendo sua sujeição aos discursos. O discurso praticado pelo Estado está repleto de significações para a população, na medida em que afirma que o desenvolvimento econômico trará melhorias

nas condições de vida, refletindo na pertinência do discurso para a população, mas repleto de armadilhas.

O desenvolvimento na Amazônia significa a apropriação do que Becker (2004) chama de Capital Natural, que representa uma fronteira onde a natureza pode ser valorizada como capital e sua apropriação significa o controle do capital natural. Entretanto, a apropriação deste capital natural está relacionada com uma sucessão de conflitos entre pertinências territoriais. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, grileiros, latifundiários, parlamentares, ambientalistas, organizações não-governamentais, entre tantos outros atores, participam na simbiose de projetos políticos que se entrecruzam e se confrontam na Amazônia.

Nesse sentido, o autoritarismo e a repressão tornam-se instrumentos de controle e atuação do sistema político na imposição dos projetos criados para manter e expandir os circuitos produtivos capitalistas. A consolidação de um poder hegemônico resulta em sua atuação dominante, desenvolvendo estratégias permanentes para a ascensão e manutenção do poder. Para tanto, são utilizados mecanismos autoritários e repressivos àqueles que demonstram oposição à expansão do modelo de desenvolvimento nacional/global. Nesse sentido, o Estado tem se mostrado como um dos principais agentes repressivos a grupos populacionais contrários às grandes obras de infraestrutura na Amazônia, impondo diretrizes políticas traçadas verticalmente, sem a participação dos grupos que serão afetados por estes empreendimentos nas decisões que versem sobre sua instalação, governando através de medidas provisórias e alianças políticas corruptas e fraudulentas.

O autoritarismo na política nacional adotada pelo Estado e a repressão imposta aos discordantes dos projetos desenvolvimentistas revela uma ditadura do capital, onde o poder hegemônico, sob a lógica capitalista nacional/global, impõe, a qualquer custo, os auspícios da globalização neoliberal que domina o cenário geopolítico brasileiro.

7. Considerações finais

No município de Oiapoque, se o Estado, por um lado, agiu no ordenamento territorial, criando unidades de conservação e terras indígenas, por outro lado, as grandes obras de infraestrutura despontam como um estímulo ao desenvolvimento econômico em um ambiente de relativa negligência do Estado na fiscalização, a partir do sucateamento de seus órgãos de controle. Esta condição revela a lógica das políticas públicas para a Amazônia como um todo, que se apresentam nas últimas décadas de forma contraditória e conflitante. O estado do Amapá e, conseqüentemente, o município de Oiapoque tiveram grande parte de suas terras protegidas por força de legislação. Entretanto, a consolidação

das infraestruturas de circulação vêm provocando conflitos e o desmatamento de novas áreas.

O discussão aqui realizada revela a profusão de eventos associados ao desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura, que visam conectar novas porções territoriais do estado do Amapá aos circuitos produtivos capitalistas. Portanto, trata-se de um cenário em que as já existentes problemáticas relacionadas à perpetuação do modo de vida dos povos tradicionais de Oiapoque podem ser agravadas por conflitos de toda ordem. Caberá aos órgãos públicos, apesar de sua fragilidade, estabelecer políticas de fortalecimento da economia agrícola familiar, que possa garantir o enfrentamento às dinâmicas expropriatórias que se reproduzem por todo o país e que deverão atingir também o município de Oiapoque.

Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; SOTTA, Eleneide Doff. **Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção**. Rio de Janeiro: Publít, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MARGARIT, Eduardo. As armadilhas do discurso que envolve o processo de implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia. **Ciência Geográfica**. V. XVII, p. 150-163, 2013.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. vol.6 no.3 Belém Set./Dez. 2011.

RÜCKERT, Aldomar A.; SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson L. R.; CAMPOS, Heleniza A. Transfronteirização na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. In: PONTES, Beatriz Maria Soares;

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (Orgs.) **Os desafios geopolíticos da América do Sul**. Natal: RB Gráfica e Editora, 2015. p. 17-35.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRADOURADA, Renata Nasser. **As fronteiras do assentamento Igarapé-Grande – Amapá-Brasil**. Dissertação. Brasília: UNB, 2014.

SILVA, Júnior Gomes da. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. In: LOMBA, Roni Mayer. [et. all.] (orgs.) **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

SUPERTI, Eliane. As fronteiras internacionais da Amazônia brasileira no contexto das políticas públicas de integração sul-americana. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.) **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.